



A TRAÇA

Boletim do Projeto de Extensão Histórias & Memórias sobre Educação (2ª ed.)



Centro de Documentação e Pesquisa em História da Educação (CDPHE) - Sede do Projeto (UFPR/Campus Rebouças, sala 33)

Apresentação

Neste Boletim A Traça, o tema será "Arquitetura escolar e o espaço para a compreensão da história".

Convidamos: tentem se lembrar de como eram as escolas em que estudaram.

A fachada, a organização das salas, o número e altura de janelas, entre outros...

Tudo isso pode ser objeto de estudo da História da Educação.

Esperamos que este Boletim contribua para perceberem esses sentidos e possibilidades de estudo!

NESTE NÚMERO

A ARQUITETURA E A HISTORIOGRAFIA

ARQUITETURA ESCOLAR E O EXEMPLO PARANAENSE

COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ E O PROGRESSO

PANOPTISMO

DIVULGANDO

Roda de Conversa
Eleições e História da Educação:
escola e democracia
ameaçadas?

 **Dermeval Saviani**

Quinta-feira, 29/09/2022: 19h00

<https://www.youtube.com/c/histedbroficial>

SCAN ME

REALIZAÇÃO: 

O Grupo do HISTEDBR - Campinas vem desenvolvendo, no âmbito da Extensão Universitária, uma série de lives, por meio de seu canal no youtube - <https://www.youtube.com/c/histedbroficial>

Estas lives abordam discussões sobre a Educação e as eleições... Muito importante conhecer esses materiais, que trazem importantes reflexões sobre o tema!

Ao lado, um dos encontros, já disponível no canal. Assistam e divulguem!

A Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH) lançou o livro *Compromissos Éticos da Docência em História*, agora em outubro.

A live de lançamento da obra está disponível em https://www.youtube.com/watch?v=uhwv1z5Uq_g

E o livro pode ser baixado gratuitamente, em pdf, no site da ABEH -

https://www.abeh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=437


Associação Brasileira de Ensino de História

COMPROMISSOS
ÉTICOS DA DOCÊNCIA
EM HISTÓRIA

Arquitetura Escolar e o Espaço para a compreensão da História

PROPONENTE PRINCIPAL DESTA MATERIAL: CEZAR AUGUSTO OLIVEIRA CAMPARIM

A Arquitetura e a Historiografia

Certamente as diversas formas de arte nem sempre foram vistas como maneira válida de analisar contextos históricos, muito pelo contrário, como indica Peter Burke (1992) a arte como fonte histórica é algo relativamente recente, datando de meados do século XX. Anteriormente a esse uso, a cultura material em geral, aliada às artes, ocupavam um lugar secundário na hierarquia das fontes, ao contrário da tão contemplada fonte escrita, de preferência oficial, de maneira que aspectos culturais, como a arquitetura, a literatura, as artes visuais, a música, etc. eram por vezes ignoradas ou colocadas em segundo plano, em um lugar de fontes auxiliares.

Como é possível ver em outros boletins, esta hierarquia, característica de uma historiografia do século XIX, passa por mudanças consideráveis, tornando possível o boom de fontes, como coloca Jacques Le Goff (2013), de acordo com quem, por meio do debate e de novas configurações do que se considera História, novas perspectivas são avaliadas, a legitimidade de uma hierarquia de fontes se desestrutura e, pouco a pouco, cai em desuso. A busca por novas fontes está relacionada à busca por novos aspectos sociais, novos interesses do historiador, novas perguntas, as quais para serem respondidas necessitam de novos documentos como base para a pesquisa.



Liceu Montaigne. Imagem retirada do artigo: LE COEUR, Marc. Os liceus na cidade: o exemplo parisiense (1802-1914). Educar, Curitiba, n. 22, p. 359-400, 2003. Editora UFPR.

É nesse aspecto que a cultura material, já muito pesquisada pela arqueologia, ganha espaço como possível meio de análise para o historiador. Para compreender novos aspectos então, a historiografia recebe os vestígios materiais, um tipo de fontes bastante diversificado, compreendendo quaisquer rastros materiais que caibam na narrativa do pesquisador, alinhando-os para uma compreensão e formulação de como aquela sociedade poderia ser ou se parecer.

A arquitetura não fica de fora. Já presente nas análises de arqueólogos desde o século XIX, a historiografia passa a analisar diversos aspectos das construções humanas e correlacioná-los com características da sociedade onde se inserem. Assim, em meio a novas perspectivas históricas da segunda metade do século XX, perguntas diversas podem ser feitas para esse tipo de fontes. A partir desse momento a historiografia passa a analisar diferentes monumentos que não os clássicos, muito atrelados à arqueologia do final do XIX e começo do XX, famosa por um fetichismo centrado no Egito, Grécia e Roma, que via de regra visava a construção de uma identidade nacional, tal qual a própria historiografia do mesmo período.

Em busca de novos aspectos e novas perguntas, novas lentes serão usadas para analisar a sociedade. Em *A sociedade da corte*, por exemplo, o historiador Norbert Elias, apreende a arquitetura enquanto fonte histórica, compreendendo a alta cultura francesa beirando as revoluções burguesas. Seu olhar, mesmo que não seja a partir de uma história vista de baixo, procura aspectos novos e um olhar crítico a uma construção de identidade pela corte francesa do século XVIII, usando a arquitetura e a cultura da nobreza como aspectos para uma análise mais abrangente desta sociedade, neste sentido, aborda as “estruturas de habitação como indicadores de estruturas sociais.” (ELIAS, 2001, p. 66).

A partir de uma outra perspectiva, Foucault, em *Vigiar e Punir*, compreende a arquitetura e a cultura como surgidas a partir de relações de poder, assim perpassadas por essas mesmas, expressando-as e reificando-as. A partir dessa compreensão Foucault imagina o espaço social enquanto uma chave para entender as repressões impostas pelas instituições, que se colocam em uma busca incessante pela disciplina infinita.

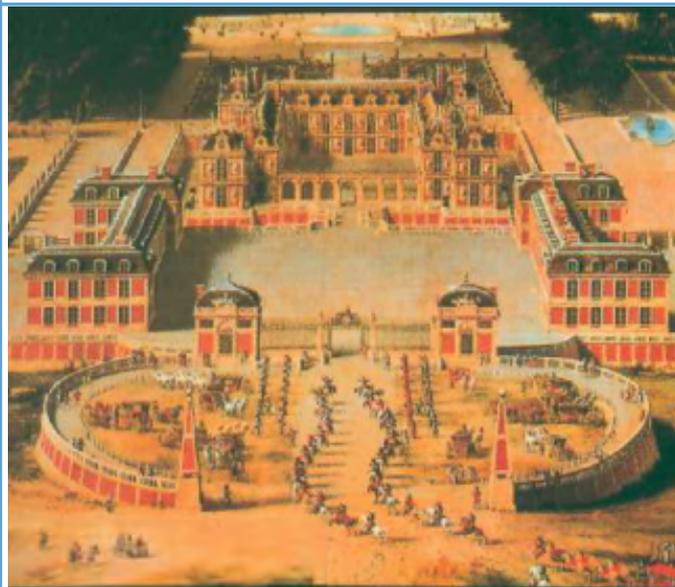


Ilustração do Palácio de Versalhes, França. Retirada do livro: ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

A historiografia brasileira sobre educação se utilizará das contribuições de Michel Foucault. Compreendendo suas reflexões acerca das microrrelações de poder e as aplicando no contexto educacional, a partir de Marcus Bencostta e Ana Paula Correia (2005), podemos observar estes conceitos aplicados ao contexto paranaense. Contemplando, conseqüentemente, a cultura educacional no Paraná, juntamente às mentalidades sobre e objetivos da arquitetura e da própria escola. Muito se falará de uma arquitetura pensada para exprimir a higiene, o controle, o progresso, e uma institucionalidade, fugindo de uma não profissionalidade, encontrada nos ambientes escolares do século XIX, assim, buscam-se inspirações europeias, como demonstra Bencostta (2005), principalmente na França.

Arquitetura Escolar e o Exemplo Paranaense

No texto *Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 - 1928)*, Marcus Bencostta se propõe a fazer a relação entre a arte arquitetônica e as estruturas sociais, as expressões da cultura. Procura, principalmente, quais as rupturas e permanências entre o ambiente escolar do período monárquico e a república.

Um dos primeiros aspectos destacados por Bencostta sobre o espaço durante a república seria a expressão por uma busca de civilidade (BENCOSTTA, 2005, p. 95):

“

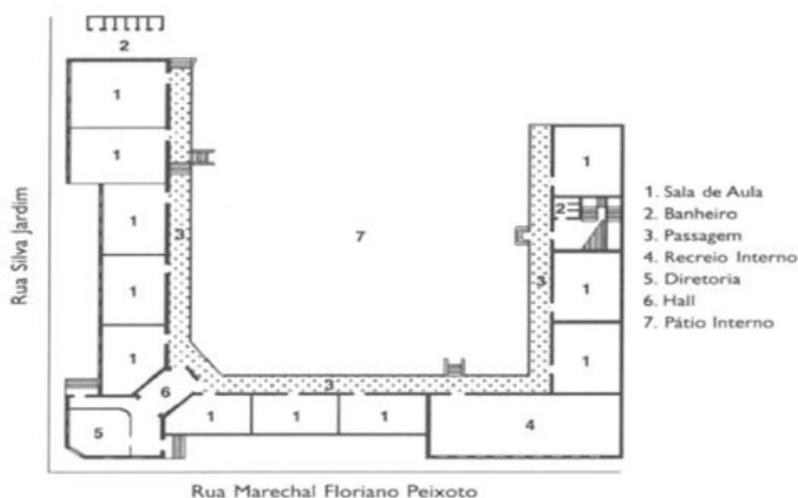
No discurso daqueles que implementaram, no Brasil, o novo regime político em 1889, era preciso, além da justificação racional do poder, a fim de legitimar a República, construir uma nação pautada em valores que demonstram estar em definitivo sintonizados com as mudanças que o mundo moderno apresentava.

”

Como resposta a essa postura, procurou-se fortalecer as instituições de ensino, partindo de um potencial civilizador destas, remetendo às noções de uma progresso possível apenas através da ciência e sua divulgação, para a construção de um corpo civil bem formado. Isso se expressou em um foco na construção de edifícios que visavam legitimar esta nova instituição e reforçar o simbolismo da nova república. Essa simbologia do espaço se destacou em sua localização, geralmente construídos nos centros urbanos, prósperos economicamente, em lugares de destaque “enquanto signo do ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime” (BENCOSTTA, 2005, p. 97).

Seguindo sua pesquisa, Bencostta procura especificar sua análise, procurando expressões arquitetônicas em Curitiba. A origem do modelo escolar em Curitiba remete ao início do século XX, com a inauguração do primeiro grupo escolar em Curitiba, Grupo Escolar Xavier da Silva, em 1903.

O modelo da escola se encaixava nos moldes de Grupos escolares, criado em São Paulo em vias de evitar uma dita ruína da república. Esta noção implementou uma nova instituição de escola primária, que organiza diversos alunos e professores em um único edifício, destoando da proposta anterior de uma instituição descentralizada, localizada em diversas casas alugadas e dispersas. A mudança no espaço torna-se a materialidade de uma mudança da educação primária que, neste contexto, passa por um processo de organização da instituição, visando uma divisão sistemática do ensino, em uma visão da educação como progressiva, passando por diversas etapas e graus. Nesse sentido, busca-se um atrelamento da educação à regeneração da sociedade, que desencadeia em um ambiente escolar regido por estas idéias, visando um ambiente limpo, aberto, controlado, bem estruturado, centralizado e disciplinado.



Fechada do edifício do Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva - 1905. Ambas as fotos foram retirada do livro: BENCOSTTA, Marcus. org. História da educação, arquitetura e espaço escolar. São Paulo: Cortez, 2005.

Planta Baixa do mesmo edifício.

Quanto ao higienismo, presente no Grupo escolar Dr. Xavier da Silva, Bencostta coloca diversas especificações exigidas pelo Estado, as quais os edifícios escolares deveriam cumprir, como: serem construídas em um só pavimento; bem ventiladas; bem iluminadas; salas em formato retangular; construção interna feita a partir de materiais de fácil limpeza e higienização; pintura interna feita em tonalidades suaves; possuírem um amplo campo aberto para o intervalo dos alunos. Essas exigências tinham seu próprio contexto, uma noção higienista do espaço, pensada em uma lógica de disciplinarização de descendência europeia (BENCOSTTA, 2005, p. 109):

“

Essas determinações - de um espaço funcional e simbólico - presentes na legislação paranaense e nacional já não eram nenhuma novidade na Europa, principalmente na França da Terceira República, que, desde 1868, por ação de Jules Ferry, determinava não ser mais admissível uma sala de aula de uma instituição pública sem material, mobiliário e um agenciamento de espaço completamente científico.

”

A partir da fachada e da planta baixa de uma instituição, é possível compreender as exigências feitas pelos ideais republicanos, assim como a monumentalidade do projeto. Tal monumentalidade volta aos ideais republicanos, aliados à noções positivistas de uma forte crença na ciência e na razão enquanto elementos motores do progresso social. Essas noções também terão um forte sentido de impor aos alunos uma monumentalidade da educação científica, ligando essa a valores simbólicos e estéticos, atrelados ao ambiente de cores suaves, bem ventilado e aberto. Nesse sentido, a estrutura em U, também será uma permanência entre os projetos arquitetônicos do século XX, sendo repetida diversas vezes dentre os edifícios monumentais do espaço escolar, geralmente indicando uma diferença entre o exterior e o interior do espaço, aliada a uma constante vigilância de quem circula pelos corredores e pátios.

As permanências do modelo arquitetônico dos grupos escolares em Curitiba sofreria rupturas apenas no final da década de 1920, com a construção do edifício escolar D. Pedro II, e a adoção de um edifício em dois pavimentos, localizado em uma região nobre da cidade, no bairro Batel, mas ainda assim cercado das mesmas narrativas de monumentalidade e referência a um ensino racional.

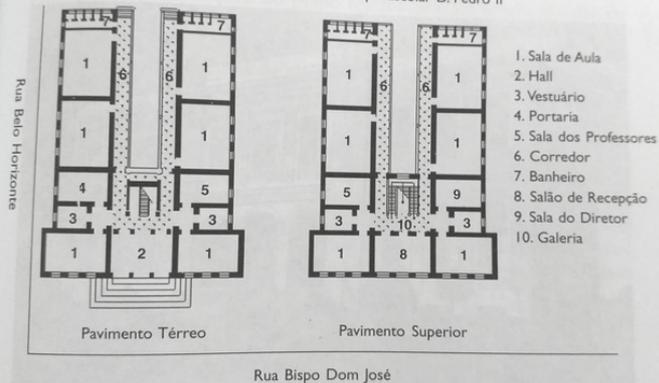
Figura 19
Fachada do edifício do Grupo Escolar D. Pedro II



Fonte: Coordenadoria do patrimônio — Secretaria da administração do estado do Paraná.

Fachada do Grupo escolar D. Pedro II. Retirada do livro: BENCOSTTA, Marcus. org. História da educação, arquitetura e espaço escolar. São Paulo: Cortez, 2005.

Figura 18
Planta baixa do edifício do Grupo Escolar D. Pedro II



Fonte: Coordenadoria do Patrimônio — Secretaria da Administração do Estado do Paraná.

Planta baixa do mesmo edifício, demonstrando a construção edificação em formato de "U".

Ainda assim, na materialidade, o projeto de inovação não prevalece. Poucos foram os grupos escolares monumentais tal qual o discurso republicano, os exemplos aqui citados foram, no geral, os destaques. Em sua maioria, os grupos escolares eram compostos de poucas salas e organizados em prédios menores, em áreas não tão próximas dos centros urbanos. Por mais que frustrada a proposta, isso ainda indica interessantes características do período, uma república recente que busca se estabelecer como uma novidade redentora, de uma sociedade doente, em uma realidade muito mais complexa, que impede que o discurso se materialize, revelando ao mesmo tempo, Curitiba na condição de uma região provincial, não conquistando o ideal desejado de grandeza racional.

Colégio Estadual do Paraná e o progresso

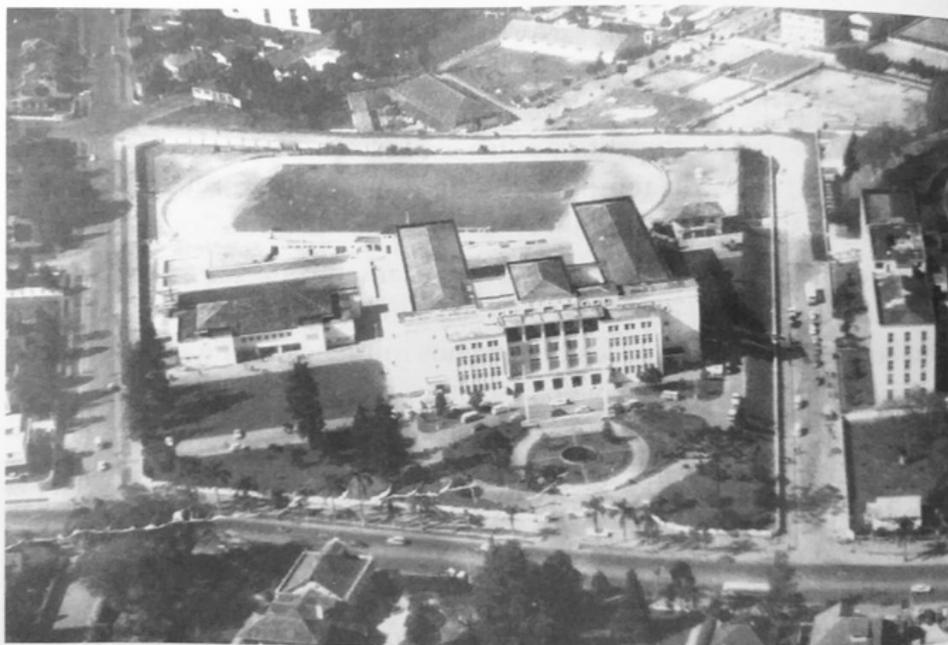
Avançando no tempo, Ana Paula Correia nos traz outro exemplo de mudanças sociais expressas na arquitetura escolar, contemplando o Colégio Estadual do Paraná. O grande projeto do colégio torna-se possível apenas pelos antecedentes já citados, que permanecem nas políticas públicas e no ideário nacional entre as décadas de 1940 e 1950. Aliás, de acordo com Correia, são reforçados, se traduzindo em uma inovação do centro urbano da cidade de Curitiba. Essa reforma, auxiliada pelo urbanista francês Alfredo Agache, resultaria em diversos edifícios pelo centro da cidade, assim como uma reformulação do espaço, com largas avenidas e a demolição de diversos edifícios antigos.

Correia identifica que à época, apesar de críticas e frustrações, a reforma urbanística tinha objetivo claro: “[A]s edificações e os discursos políticos se consolidaram como marco na potencialidade nacional e da ação modernizadora de um governo que investiu, significativamente, na construção de um lugar de poder.” (2005, p. 227)

A simbologia do discurso visava a construção de um nacionalismo e de uma identidade de Curitiba e seus cidadãos, enquanto se legitimava com o resto da nação, divulgando por meio da imprensa as reformas arquitetônicas, garantindo uma imagem de avanço e civilidade racional. Ainda que, “[a] dita modernização não conseguiu atender à demanda mínima necessária da população do Paraná” (2005, p. 229).

Atrelado às reformas e a um longo histórico de mudanças formais sobre a educação, o Colégio Estadual do Paraná se concentra em uma nova sede, representante de seus ideais modernos. A instituição, datada do século anterior, criada em 1846 como Liceu de Curitiba, passou por uma longa trajetória de rupturas e mudanças de seu espaço, se organizando conforme o aumento da demanda de vagas para alunos, assim como reformas educacionais e o estabelecimento de um novo regime, a república. Assim, já em 1943, o então denominado Colégio Estadual do Paraná ganha uma nova sede, situada no centro da capital, em uma área extensa o suficiente para um projeto de tamanha importância, ao lado de um de seus maiores pontos turísticos, o Passeio Público.

Figura 10
Tomada Aérea da Região onde está localizado o complexo do
Colégio Estadual do Paraná (1966)



Fonte: Acervo da Fundepar.

Vista de cima do edifício referente ao Colégio Estadual do Paraná (CEP). retirado do texto: BENCOSTTA, Marcus. org. História da educação, arquitetura e espaço escolar. São Paulo: Cortez, 2005,

Figura 3
Fachada do Colégio Estadual do Paraná

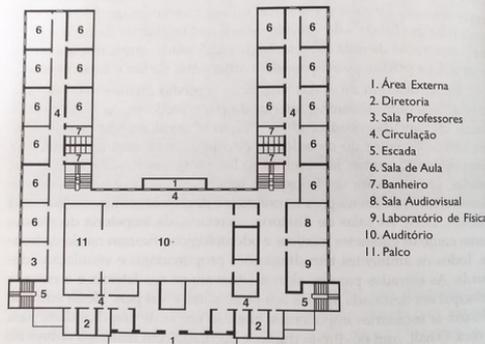


Fonte: Arquivo Público do Paraná.

Fachada do mesmo edifício.

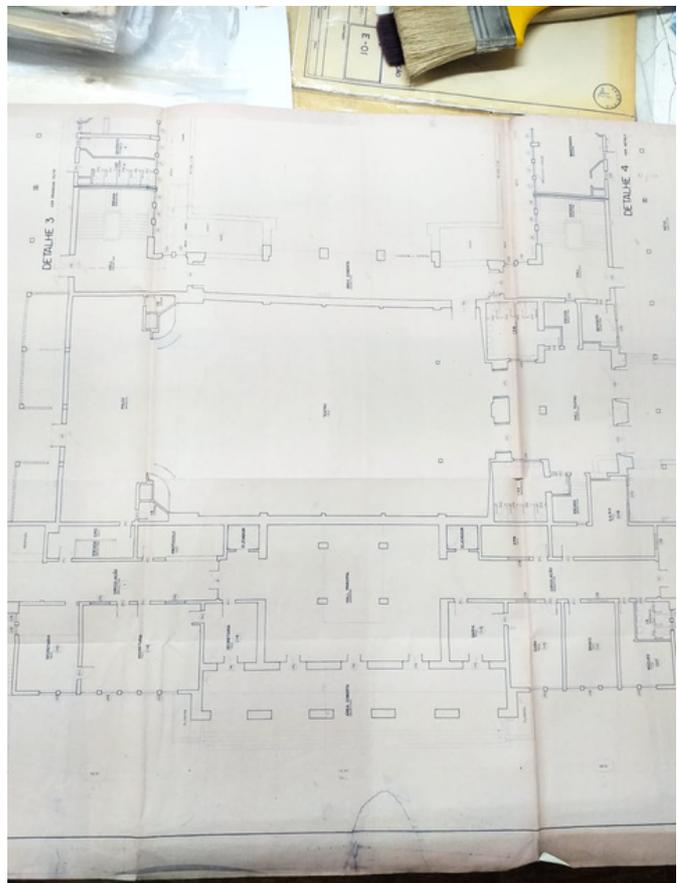
A obra iniciada em 1944 é inaugurada em 1950, e receberia atenção nacional, contando com até cinco pavimentos e um subsolo no edifício principal, acompanhado de quadras de esportes, piscina olímpica, ginásio, auditório, laboratório, etc. Organizado, também, em procura de atender aos fins de higienização e controle, adotando novamente o formato em U.

Figura 7
Planta do Primeiro Pavimento do Colégio Estadual do Paraná



Fonte: Arquivo Público do Paraná.

Plantas baixas do edifício CEP, acima podemos ver uma representação apresentada no texto de Ana Paula Correia. A direita uma planta baixa original, foto tirada pelo por mim após visita ao acervo técnico de seu museu próprio.



De certa maneira, o Colégio Estadual do Paraná representa o apogeu do ideal de progresso do século XX no Paraná, assim como a expressão por uma demanda cada vez maior da educação pública, expressando claramente anseios de seu tempo. Embora estes projetos em geral, não tenham dado conta de um atendimento à maioria da população, ainda assim representam uma importante ruptura estrutural com o período monárquico.

Panoptismo

Conectando os textos, juntamente ao seu contexto histórico, ambos os autores apontam por vezes uma forte noção da arquitetura e sua monumentalidade enquanto uma expressão de uma ascensão das instituições modernas no Paraná e no Brasil, conseqüentemente um estabelecimento de seus poderes enquanto uma nova maneira de controle. Esse novo sistema de controle moderno que é recepcionado através do novo regime, e expresso no panoptimo da arquitetura, estabelecido por Michel Foucault. Para o teórico, esse novo poder, que se estabelece no século XIX no contexto europeu, teria uma clara tendência a (1977, p. 176):

“

[I]ndividualizar os excluídos, mas utilizar processos de individualização para marcar exclusões - isso é o que foi regularmente realizado pelo poder disciplinar desde o começo do século XIX [...] de um modo geral todas as instâncias do controle individual funcional num duplo modo: o da divisão binária e da marcação [...] ; e o da determinação coercitiva, da repartição diferencial.

”

Nessa determinação coercitiva se encontra a determinação de tarefas, seguindo a noção de um estabelecimento de uma hierarquia de poder, nesse caso o professor, o inspetor, o diretor, contra o aluno, de maneira que separa as tarefas e constitui um papel através da divisão de afazeres. Posteriormente, Foucault coloca uma leveza que é garantida às estruturas panópticas com o decorrer do tempo, pois de certa maneira o efeito de ser observado, do estar submetido ao poder, pode ser conquistado por uma arquitetura cada vez mais simples. Dessa maneira, e relacionando os casos do início do século XX ao exemplo do CEP, de 1940-1950, podemos compreender uma arquitetura panóptica, no sentido que, criado por instituições vigilantes, a arquitetura expressa em sua arte, os diversos ideais de disciplina, controle, civilização, e ao mesmo tempo que materializa essas ideias, com espaços abertos, bem ventilados, bem iluminados, cercados de janelas, corredores compridos, estrutura em U, pátios abertos, garantindo a constante sensação de submissão a uma possível vigilância, objetivo central do olhar panóptico.

Conclusão

A reflexão central deste texto trata da historicidade possível da arquitetura. Refletir sobre como a mesma pode materializar o ideal, é refletir sentimentos dos envolvidos no projeto do edifício que, enquanto sujeitos, são cercados por influências e discursos de seu tempo. Assim podemos compreender que não apenas a arte em geral pode ser um objeto da história, mas também sua intersecção entre a arte e os vestígios materiais, dependemos apenas do interesse do historiador, e de uma interessante problemática, para pôr em prática a investigação da sociedade em diversos contextos diferentes.

Maquetes

Presentes no Centro de Documentação e Pesquisa em História da Educação (CDPHE) administrado pelo projeto de Extensão Histórias e Memórias da Educação, estão maquetes de fachadas de escolas e grupos escolares estudadas pelo Professor Marcus Levy Bencostta, que pertence ao corpo docente do Departamento de Teorias e Fundamentos da Educação na UFPR, ministrando a disciplina de História da Educação. Nas maquetes podemos compreender melhor alguns conceitos e exemplificar a materialidade da história através da arquitetura.

Fachada Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva



A partir da maquete é possível observar a divisão feita pelo edifício do Grupo Escolar Xavier da Silva, entre o exterior e interior do edifício, corroborando, assim como sua pintura clara, com ideais higienistas aliados à educação



Fachada do Grupo Escolar D. Pedro II



A fachada do Grupo escolar D. Pedro II evidencia sua monumentalidade, oriunda de sua historicidade e contexto de criação.

Fachada Escola Cruz Machado



Fachada Grupo Escolar 19 de dezembro



Todos os edifícios direcionados à educação representados nas maquetes foram pesquisados e comentados pelo professor Marcus Levy Bencostta (BENCOSTTA, 2005).

Referências

BBENCOSTTA, Marcus L. A. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares em Curitiba. In: BENCOSTTA, Marcus. org. **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 95 - 140.

BURKE, Peter. **A escrita da História-novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CORREIA, Ana P. P. Arquitetura escolar: a cidade e a escola rumo ao progresso - Colégio Estadual do Paraná. In: BENCOSTTA, Marcus. org. **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 220 - 257.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In **História e Memória**. 7ª ed. Revisada. Campinas: Unicamp, 2013, pp. 462-473.

LE COEUR, Marc. Os liceus na cidade: o exemplo parisiense (1802-1914). **Educar**, Curitiba, n. 22, p. 359-400, 2003. Editora UFPR.

Equipe

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Nadia Gaiofatto Gonçalves (DTPEN-ED)

Andréa Bezerra Cordeiro (DEPLAE-ED)

EQUIPE

Anne Gabriela de Cristo Machado (História - Bolsista Extensão)

Bruno Augusto Pedroso de Souza (História)

Cezar Augusto Oliveira Camparim (História)

Emanuel Diogo Lima dos Santos (História)

Isabelle Cristina Salomão (Pedagogia)

Moara Milléo Baracat de Siqueira (Pedagogia)

Nathália Selau (História)

Nathaly de Moraes Dias (História - Estagiária - Arquivo do Setor de Educação)

Paula Pretto Oening (História - Bolsista Extensão)

Rafaela Zimkovicz (História)

Rhangel dos Santos Ribeiro (História)

CONTATO E REDES SOCIAIS

E-mail: historiadaeducacao@ufpr.br

Facebook: <https://www.facebook.com/historiasememoriased>

Instagram: <https://www.instagram.com/historiasememoriased/>

Nossas publicações, inclusive este boletim, estão disponíveis em:
<http://www.educacao.ufpr.br/portal/centro-de-documentacaoe-pesquisa-emhistoria-da-educacao/publicacoes-do-cdphe/>

